

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 49

Data: 09/08/85

Pg.: _____

Couto recebe de Cardoso indicação para a Funai

Correio Brasileiro - 9/08/85

Indigenistas, antropólogos, índios e parlamentares retomaram ontem a questão sucessória da Fundação Nacional do Índio. A interinidade do superintendente Gerson da Silva Alves no cargo de presidente do órgão está desagradando profundamente a todas as facções do indigenismo. Assim, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, entregou ontem ao ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, um documento assinado por 16 deputados da Comissão do Índio da Câmara, indicando o nome do advogado Carlos Frederico Marés de Souza Filho para presidir a Funai tutelar.

No documento os parlamentares destacam a complexidade da problemática indígena que necessita de urgente solução através de medidas renovadoras e inspiradas em princípios democráticos e de respeito aos direitos dos povos indígenas. Carlos Marés, segundo o documento, exerce as funções de presidente da Fundação Cultural de Curitiba, de procurador do Estado do Paraná e de assessor jurídico da Comissão Pró Índio de São Paulo.

Indígenas (UNI), entidades de apoio ao índio e do ex-secretário de Trabalho de Minas Gerais, Ronan Tito, que durante o governo do falecido Tancredo Neves tratou da questão indígena naquele Estado.

Esta indicação contraria a proposta dos indigenistas que trabalham na Funai e também de alguns índios que, após reunião realizada neste último final de semana, fizeram uma lista tripartite apontando o sertanista Odemar Pinto de Oliveira, o diretor do Departamento do Patrimônio Indígena, Aureo Falhetos e o assessor de Assuntos da Cultura Indígena do Ministério da Cultura, Marcos Terena.

A sua indicação, cogitada há algum tempo, tem o apoio da Associação Brasileira de Antropologia (ABRAN), União das Nações

Acordo ruim para Paiakã

A revogação do acordo firmado na última sexta-feira entre o governo federal e os índios Gorotire, representados pelo líder Paiakã, para reabertura do garimpo de Maria Bonita, no Sui do Pará, foi exigido ontem por delegados da Funai, indigenistas e índios em documento entregue ao ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto. O acordo assegura a atividade de garimpage na reserva dos Gorotire após sua demarcação.

"O direito à demarcação é direito inegociável dos índios e dever legal explícito do órgão oficial, não podendo ser objeto de barganha e pressão", frisa o documento, entregue a Costa Couto pelos delegados da Funai em Belém, Salomão Santos, e em Araguaína (GO), Gilberto Azanha, e o diretor do Museu do Índio, Carlos Moreira Neto.

Alem de Palakã, firmaram o acordo o Ministro do Interior, o secretário-geral do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), Simão Jatene, e o superintendente da Funai no exercício da presidência, Gerson Alves.

Kaxinauá quer a demarcação

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, recebeu ontem das lideranças Kaxinauá, da área indígena Rio Jordão, situada no Acre, a reivindicação para que ele auxilie, através da indicação de um técnico, a demarcação de seu território que compreende 92 mil hectares de terra no município de Tarauacá. Os índios pediram ainda a intervenção do ministro junto à Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea) e Ministério da Indústria e Comércio para que o governo financie a produção de borracha da comunidade que chega a 26 toneladas anualmente.

No documento entregue ao ministro Nelson Ribeiro, os índios informam que o governo, desde dezembro do ano passado, reconheceu o seu território, assinando o Decreto 9.645. Entretanto, a Funai não tomou nenhuma providência para executar os serviços demarcatórios. Dessa forma os Kaxinauá pretendem realizar a demarcação por conta própria.

Ribeiro leva nomes a Sarney

O ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, levará amanhã à aprovação do presidente José Sarney os nomes indicados para ocupar os cargos de segundo escalão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, conforme acordo feito com a Aliança Democrática. Ele não quis antecipar quem ocupará as sete diretorias e parte das 17 coordenadorias do In-cra.

Com relação à definição dos cargos do Ministério, Nelson Ribeiro disse que isto depende da aprovação do projeto enviado ao Congresso no último dia 30 pelo presidente José Sarney, cuja tramitação está sob a responsabilidade das lideranças políticas. Segundo ele, muitos destes cargos estão providos por pessoas colocadas à disposição do Ministério que têm seus vencimentos pagos por conta dos órgãos de origem.

Na mensagem remetida ao Congresso estão previstos, entre outros, os cargos de secretário-geral, chefe de gabinete, consultor jurídico, assessor chefe, secretário de controle interno e dois diretores gerais de departamento.